

## **ESS: uma conta que os consumidores não querem mais pagar sozinhos**

**Agentes pressionam para dividir encargo com geradores, que este ano deve bater em R\$ 800 milhões, segundo cálculos do ONS**

**Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre**

**09/06/2009**

O Encargo de Serviços do Sistema terá uma redução significativa este ano, para R\$ 800 milhões, segundo estimativa do Operador Nacional do Sistema Elétrico, em relação aos R\$ 2,4 bilhões pagos em 2008 para o acionamento de todas as térmicas do país no primeiro semestre do ano passado. Contudo, ao comparar o montante de 2009 com a média vista entre 2003-2007, de R\$ 150 milhões, vê-se que a conta ainda está salgada. Dessa vez uma estiagem no Sul levou a operação das térmicas a gás natural na região.

De novo a conta recairá sobre os consumidores, que já têm garantido um reajuste de 1,5% nas tarifas para pagar o despacho. No ano passado, por exemplo, o encargo significou 20% do reajuste da AES Eletropaulo (SP). Sobre Cemig (MG) e CPFL Paulista (SP), o ESS representou alta de 4,5% das tarifas. Com essa pressão sobre os custos da energia, os consumidores decidiram se mobilizar para dividir a conta com os agentes de geração.

A Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livre enviou ofício ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico, requisitando formalmente a divisão da conta. "Quando as térmicas são despachadas, os geradores são beneficiados porque poupam água", explicou Ricardo Lima, presidente da Abrace. A Associação Nacional de Consumidores de Energia também defende a medida.

"A portaria nº 8 transferiu os custos do despacho de fora da ordem do mérito para os consumidores, mas todos os agentes se beneficiam. Portanto, todos devem pagar", ressaltou Lúcio Reis, diretor-executivo da Anace. Lima e Reis disseram que os geradores só pagam ESS quando a Curva de Aversão ao Risco é "furada", ou seja, quando o nível de armazenamento dos reservatórios é reduzido a patamares inferiores à CAR. Isso aconteceu no início do ano passado, mas dos R\$ 2,4 bilhões da conta, apenas R\$ 20 milhões foram desembolsados por geradores, contou o presidente da Abrace.

Além dessa reivindicação outro pedido dos agentes é o de mais transparência em relação às decisões, que acarretam maiores despesas para os consumidores. "Em qualquer custo extraordinário é importante conhecer a análise de custo-benefício. Não foi o caso do despacho do ano passado", observou **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**. Ele salientou que a metodologia de despacho foi colocada em consulta pública após a tomada de decisão do CMSE.

Uma simulação feita pelo **Instituto** mostra que o despacho térmico ficou em R\$ 5,7 mil por MWh gerado, contra um custo de déficit de R\$ 2,5 mil/MWh. "A introdução de uma nova metodologia deve ser feita com uma análise de custo-benefício", ressaltou **Sales**. Lúcio Reis, da Anace, também defendeu a divulgação das decisões do CMSE e reconheceu que a divulgação da metodologia pelo ONS foi um avanço.

A Anace defende uma revisão da metodologia de volume de espera, que determina o armazenamento dos reservatórios para amortiza ondas de cheia. "Pode-se revisar esse metodologia para se aproveitar melhor a capacidade dos reservatórios", comentou Lúcio Reis. Os entrevistados pela **Agência CanalEnergia** reconhecem que as últimas estiagens mostraram que a capacidade de regulação dos reservatórios está se perdendo.

"Estamos com um problema de armazenamento. Tivemos época que tínhamos capacidade de atender cinco anos com a água dos reservatórios. Isso vêm caindo para um ou dois anos", continuou Lúcio. Mas a situação pode estar piorando, com a carga crescendo, sem o correspondente aumento da capacidade de regulação. "Estamos sem capacidade de regulação", reafirmou Ricardo Lima, da Abrace.

Quando perguntados para onde vêm o ESS indo nos próximos anos, os agentes se dividem. Para Ricardo Lima, o encargo não deve voltar para os patamares anteriores. Já João Carlos de Mello, diretor da Consultoria Andrade & Canellas, é provável que os valores do ESS voltem aos patamares anteriores. Para o executivo, essa queda se dará com a entrada de mais gás e da energia de reserva de biomassa, o que vai deslocar a necessidade de térmicas a óleo.

Já para Reis, o ESS está muito depende das afluências, ou seja, as chuvas vão mostrar para onde vai o valor do encargo nos próximos anos. Sales não quis analisar o ESS para os próximos anos, mas adiantou que o Instituto Acende Brasil vai calcular o custo-benefício do despacho das térmicas deste ano. Se se dividem em relação a uma previsão sobre o montante do ESS para o futuro próximo, os agentes concordam que os consumidores não podem mais arcar com a segurança do sistema sozinhos.